

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I</p> <p style="text-align: center;"><b>Disposições gerais</b></p> <p style="text-align: center;">Artigo 1.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Objeto</b></p> <p>A presente lei estabelece:</p> <p><i>a)</i> Os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal;</p> <p><i>b)</i> O regime jurídico da mediação civil e comercial;</p> <p><i>c)</i> O regime jurídico dos mediadores;</p> <p><i>d)</i> O regime jurídico dos sistemas públicos de mediação.</p>			
<p style="text-align: center;">Artigo 2.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Definições</b></p> <p>Para efeitos do disposto na presente lei, entende-se por:</p> <p><i>a)</i> «Mediação», a forma de resolução alternativa de litígios, realizada por entidades públicas ou privadas, através do qual duas ou mais partes em litígio procuram voluntariamente alcançar um acordo com assistência de um mediador de conflitos;</p> <p><i>b)</i> «Mediador de conflitos», um terceiro, imparcial e independente,</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

desprovido de poderes de imposição aos mediados, que os auxilia na tentativa de construção de um acordo final sobre o objeto do litígio.			
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II <b>Princípios</b> Artigo 3.º <b>Princípios da mediação</b></p> <p>Os princípios consagrados no presente capítulo são aplicáveis a todas as mediações realizadas em Portugal, independentemente da natureza do litígio que seja objeto de mediação.</p>			
<p style="text-align: center;">Artigo 4.º <b>Princípio da voluntariedade</b></p> <p>1 - O procedimento de mediação é voluntário, sendo necessário obter o consentimento esclarecido e informado das partes para a realização da mediação, cabendo-lhes a responsabilidade pelas decisões tomadas no decurso do procedimento.</p> <p>2 - Durante o procedimento de mediação, as partes podem, em qualquer momento, conjunta ou unilateralmente, revogar o seu</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>consentimento para a participação no referido procedimento.</p> <p>3 - A recusa das partes em iniciar ou prosseguir o procedimento de mediação não consubstancia violação do dever de cooperação nos termos previstos no Código de Processo Civil.</p>			
<p>Artigo 5.º</p> <p><b>Princípio da confidencialidade</b></p> <p>1 - O procedimento de mediação tem natureza confidencial, devendo o mediador de conflitos manter sob sigilo todas as informações de que tenha conhecimento no âmbito do procedimento de mediação, delas não podendo fazer uso em proveito próprio ou de outrem.</p> <p>2 - As informações prestadas a título confidencial ao mediador de conflitos por uma das partes não podem ser comunicadas, sem o seu consentimento, às restantes partes envolvidas no procedimento.</p> <p>3 - O dever de confidencialidade sobre toda a informação respeitante ao conteúdo da mediação só pode cessar por razões de ordem pública,</p>	<p>Artigo 5.º</p> <p>(...)</p> <p>1 - (...).</p> <p>2 - (...).</p> <p>3 - (...)</p>		<p>Artigo 5.º</p> <p>[...]</p> <p>1- [...].</p> <p>2- [...].</p> <p>3- O dever de confidencialidade sobre a informação respeitante ao conteúdo da mediação só pode cessar por razões de ordem pública,</p>

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>nomeadamente para assegurar a proteção do superior interesse da criança, quando esteja em causa a proteção da integridade física ou psíquica de qualquer pessoa, ou quando tal seja necessário para efeitos de aplicação ou execução do acordo obtido por via da mediação.</p> <p>4 - Exceto nas situações previstas no número anterior ou no que diz respeito ao acordo obtido, o conteúdo das sessões de mediação não pode ser valorado em tribunal.</p>	<p>4 - Exceto nas situações previstas no número anterior ou no que diz respeito ao acordo obtido, o conteúdo das sessões de mediação não pode ser valorado em tribunal <b>ou em sede de arbitragem.</b></p>		<p>nomeadamente para assegurar a proteção do superior interesse da criança, quando esteja em causa a proteção da integridade física ou psíquica de qualquer pessoa, ou quando tal seja necessário para efeitos de aplicação ou execução do acordo obtido por via da mediação, <b>na estrita medida do que, em concreto, se revelar necessário para a proteção dos referidos interesses.</b></p> <p>4- [...].</p>
<p>Artigo 6.º</p> <p><b>Princípio da igualdade e da imparcialidade</b></p> <p>1 - As partes devem ser tratadas de forma equitativa durante todo o procedimento de mediação, cabendo ao mediador de conflitos gerir o procedimento de forma a garantir o equilíbrio de poderes e a possibilidade de ambas as partes participarem no mesmo.</p> <p>2 - O mediador de conflitos não</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>é parte interessada no litígio, devendo agir com as partes de forma imparcial durante toda a mediação.</p>			
<p>Artigo 7.º</p> <p><b>Princípio da independência</b></p> <p>1 - O mediador de conflitos tem o dever de salvaguardar a independência inerente à sua função.</p> <p>2 - O mediador de conflitos deve pautar a sua conduta pela independência, livre de qualquer pressão, seja esta resultante dos seus próprios interesses, valores pessoais ou de influências externas.</p> <p>3 - O mediador de conflitos é responsável pelos seus atos e não está sujeito a subordinação, técnica ou deontológica, de profissionais de outras áreas, sem prejuízo, no âmbito dos sistemas públicos de mediação, das competências das entidades gestoras desses mesmos sistemas.</p>			
<p>Artigo 8.º</p> <p><b>Princípio da competência e da responsabilidade</b></p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto na</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>alínea e) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo seguinte, o mediador de conflitos, a fim de adquirir as competências adequadas ao exercício da sua atividade, pode frequentar ações de formação que lhe confirmam aptidões específicas, teóricas e práticas, nomeadamente curso de formação de mediadores de conflitos realizado por entidade formadora certificada pelo Ministério da Justiça, nos termos do artigo 24.º.</p> <p>2 - O mediador de conflitos que viole os deveres de exercício da respetiva atividade, nomeadamente os constantes da presente lei e, no caso da mediação em sistema público, dos atos constitutivos ou regulatórios dos sistemas públicos de mediação, é civilmente responsável pelos danos causados, nos termos gerais de direito.</p>			
<p>Artigo 9.º</p> <p><b>Princípio da executoriedade</b></p> <p>1 - Tem força executiva, sem necessidade de homologação judicial, o acordo de mediação:</p> <p>a) Que diga respeito a litígio que possa ser objeto de mediação e</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>para o qual a lei não exija homologação judicial;</p> <p><i>b)</i> Em que as partes tenham capacidade para a sua celebração;</p> <p><i>c)</i> Obtido por via de mediação realizada nos termos legalmente previstos;</p> <p><i>d)</i> Cujo conteúdo não viole a ordem pública; e</p> <p><i>e)</i> Em que tenha participado mediador de conflitos inscrito na lista de mediadores de conflitos organizada pelo Ministério da Justiça.</p> <p>2 - O disposto na alínea <i>e)</i> do número anterior não é aplicável às mediações realizadas no âmbito de um sistema público de mediação.</p> <p>3 - As qualificações e demais requisitos de inscrição na lista referida na alínea <i>e)</i> do n.º 1, incluindo dos mediadores nacionais de Estados-Membros da União Europeia ou do espaço económico europeu provenientes de outros Estados-Membros, bem como o serviço do Ministério da Justiça competente para a organização da lista e a forma de acesso e divulgação da mesma são definidos</p>			
---	--	--	--

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.</p> <p>4 - Tem igualmente força executiva o acordo de mediação obtido por via de mediação realizada noutro Estado-Membro da União Europeia que respeite o disposto nas alíneas <i>a)</i> e <i>d)</i> do n.º 1 e se o ordenamento jurídico desse Estado também lhe atribuir força executiva.</p>			
<p><b>CAPÍTULO III</b> <b>Mediação civil e comercial</b> Secção I <b>Disposições gerais</b> Artigo 10.º <b>Âmbito de aplicação</b></p> <p>1 - O disposto no presente capítulo é aplicável à mediação de litígios em matéria civil e comercial realizada em Portugal.</p> <p>2 - O presente capítulo não é aplicável:</p> <p><i>a)</i> Aos litígios passíveis de serem objeto de mediação familiar;</p> <p><i>b)</i> Aos litígios passíveis de serem objeto de mediação laboral;</p> <p><i>c)</i> Aos litígios passíveis de serem objeto de mediação penal;</p> <p><i>d)</i> À mediação realizada nos</p>	<p>Artigo 10.º (...)</p> <p>1 - (...).</p> <p>2 - (...):</p> <p><i>a)</i> (...);</p> <p><i>b)</i> (...);</p> <p><i>c)</i> (...);</p> <p><i>d)</i> <del>À mediação realizada nos julgados de paz.</del></p>		<p>Artigo 10.º [...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...]:</p> <p><i>a)</i> [...];</p> <p><i>b)</i> [...];</p> <p><i>c)</i> [...];</p> <p><i>d)</i> À mediação realizada nos julgados de paz, <b>sem prejuízo do disposto no</b></p>



Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
julgados de paz.			<b>n.ºs 1 e 2 do artigo 14.º, na medida, também, da respetiva competência em razão do valor.</b>
<p align="center">Artigo 11.º</p> <p align="center"><b>Litígios objeto de mediação civil e comercial</b></p> <p>1 - Podem ser objeto de mediação de litígios em matéria civil e comercial os litígios que, enquadrando-se nessas matérias, respeitem a interesses de natureza patrimonial.</p> <p>2 - Podem ainda ser objeto de mediação os litígios em matéria civil e comercial que não envolvam interesses de natureza patrimonial, desde que as partes possam celebrar transação sobre o direito controvertido.</p>		<p align="center">Artigo 11.º</p> <p align="center">[...]</p> <p>1 - (...)</p> <p>2 - (...)</p> <p>3 - <b>Fica excluída a composição de direitos indisponíveis.</b></p>	<p align="center">Artigo 11.º</p> <p align="center">[...]</p> <p>1- [...].</p> <p>2- [...].</p> <p>3- <b>Não é permitida a mediação de litígios relativamente a direitos indisponíveis.</b></p>
<p align="center">Artigo 12.º</p> <p align="center"><b>Convenção de mediação</b></p> <p>1 - As partes podem prever, no âmbito de um contrato, que os</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>litígios eventuais emergentes dessa relação jurídica contratual sejam submetidos a mediação.</p> <p>2- A convenção referida no número anterior deve adotar a forma escrita, considerando-se esta exigência satisfeita quando a convenção conste de documento escrito assinado pelas partes, troca de cartas, telegramas, telefaxes ou outros meios de telecomunicação de que fique prova escrita, incluindo meios eletrónicos de comunicação.</p> <p>3- É nula a convenção de mediação celebrada em violação do disposto nos números anteriores ou no artigo anterior.</p> <p>4- O tribunal no qual seja proposta ação relativa a uma questão abrangida por uma convenção de mediação deve, a requerimento do réu deduzido até ao momento em que este apresentar o seu primeiro articulado sobre o fundo da causa, suspender a instância e remeter o processo para mediação.</p>			
<p>Secção II <b>Mediação pré-judicial</b> Artigo 13.º</p>	<p>Artigo 13.º</p>		

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p><b>Mediação pré-judicial e suspensão de prazos</b></p> <p>1 - As partes podem, previamente à apresentação de qualquer litígio em tribunal recorrer à mediação para a resolução desses litígios.</p> <p>2 - O recurso à mediação suspende os prazos de caducidade e prescrição a partir da data em que for assinado o protocolo de mediação, ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, em que todas as partes tenham concordado com a realização da mediação.</p> <p>3 - Os prazos de caducidade e prescrição retomam-se com a conclusão do procedimento de mediação, nomeadamente a partir do momento em que uma das partes recuse submeter-se ou recuse continuar com o procedimento de mediação, quando se esgotar o prazo máximo de duração do procedimento de mediação, bem como quando o mediador determinar o fim do procedimento de mediação.</p>	<p>(...)</p> <p>1 - As partes podem, previamente à apresentação de qualquer litígio em tribunal, recorrer à mediação para a resolução desses litígios.</p> <p>2 - (...).</p> <p>3 - Os prazos de caducidade e prescrição retomam-se com a conclusão do procedimento de mediação <b>motivada por recusa de</b> uma das partes <b>em</b> continuar com o procedimento, <b>pelo esgotamento do</b> prazo máximo de duração <b>deste, ou ainda</b> quando o mediador determinar o fim do procedimento.</p>		
--	--	--	--

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>4 - Para os efeitos previstos nos números anteriores, é considerado o momento da prática do ato que inicia ou conclui o procedimento de mediação, respetivamente.</p> <p>5 - A falta de acordo e a recusa de submissão a mediação referidas no n.º 3 são comprovadas pelo mediador ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, pela entidade gestora do sistema público onde tenha decorrido a mediação.</p> <p>6 - Para os efeitos previstos no presente artigo, o mediador ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, as respetivas entidades gestoras, devem emitir, sempre que solicitado, comprovativo da suspensão dos prazos, do qual constam obrigatoriamente os seguintes elementos:</p> <p>a) Identificação da parte que efetuou o pedido de mediação e da contraparte;</p> <p>b) Identificação do objeto da mediação;</p> <p>c) Data de assinatura do protocolo de mediação ou, no caso</p>	<p>4 - (...).</p> <p>5 - <b>Os atos que determinam a retoma do prazo de caducidade e prescrição previstos</b> no n.º 3 são comprovados pelo mediador ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, pela entidade gestora do sistema público onde tenha decorrido a mediação.</p> <p>6 - (...).</p>		

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, data em que as partes tenham concordado com a realização da mediação;</p> <p>d) Modo de conclusão do procedimento, quando já tenha ocorrido;</p> <p>e) Data de conclusão do procedimento, quando já tenha ocorrido.</p>			
<p>Artigo 14.º</p> <p><b>Homologação de acordo obtido em mediação</b></p> <p>1 - Nos casos em que a lei não determina a sua obrigação, as partes têm a faculdade de requerer a homologação judicial do acordo obtido em mediação pré-judicial.</p> <p>2 - O pedido referido no número anterior é apresentado conjuntamente pelas partes em qualquer tribunal competente em razão da matéria, preferencialmente por via eletrónica, nos termos a definir em portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.</p> <p>3 - A homologação judicial do acordo obtido em mediação pré-</p>		<p>Artigo 14.º</p> <p>[...]</p> <p>1 - (...)</p> <p>2 - (...)</p> <p>3 - A homologação judicial do acordo obtido em mediação pré-</p>	

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>judicial tem por finalidade verificar se o mesmo respeita a litígio que possa ser objeto de mediação, a capacidade das partes para a sua celebração, e se o seu conteúdo não viola a ordem pública.</p> <p>4 - O pedido referido no número anterior tem natureza urgente, sendo decidido sem necessidade de prévia distribuição.</p> <p>5 - No caso de recusa de homologação o acordo não produz efeitos e é devolvido às partes podendo estas, no prazo de 10 dias, submeter um novo acordo a homologação.</p>		<p>judicial tem por finalidade verificar se o mesmo respeita a litígio que possa ser objeto de mediação, a capacidade das partes para a sua celebração, <b>se respeita os princípios gerais de direito, se respeita a boa-fé, se não constitui um abuso do direito</b> e o seu conteúdo não viola a ordem pública.</p> <p>4 - (...)</p> <p>5 - (...)</p>	
<p>Artigo 15.º</p> <p><b>Mediação realizada noutro Estado-Membro da União Europeia</b></p> <p>O disposto na presente secção é aplicável, com as necessárias adaptações, aos procedimentos de mediação ocorridos noutro Estado-Membro da União Europeia, desde que os mesmos respeitem os princípios e as normas do ordenamento jurídico desse Estado.</p>			
<p>Secção III</p> <p><b>Procedimento de mediação</b></p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p style="text-align: center;">Artigo 16.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Início do procedimento</b></p> <p>1 - O procedimento de mediação compreende um primeiro contacto para agendamento da sessão de pré-mediação, com carácter informativo, na qual o mediador de conflitos explicita o funcionamento da mediação e as regras do procedimento.</p> <p>2 - O acordo das partes para prosseguir o procedimento de mediação manifesta-se na assinatura de um protocolo de mediação.</p> <p>3 - O protocolo de mediação é assinado pelas partes e pelo mediador e dele devem constar:</p> <p><i>a)</i> A identificação das partes;</p> <p><i>b)</i> A identificação e domicílio profissional do mediador, e, se for o caso, da entidade gestora do sistema de mediação;</p> <p><i>c)</i> A declaração de consentimento das partes;</p> <p><i>d)</i> A declaração das partes e do mediador de respeito pelo princípio da confidencialidade;</p> <p><i>e)</i> A descrição sumária do litígio ou objeto;</p>			
---	--	--	--

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>f) As regras do procedimento da mediação acordadas entre as partes e o mediador;</p> <p>g) A calendarização do procedimento de mediação e definição do prazo máximo de duração da mediação, ainda que passíveis de alterações futuras;</p> <p>h) A definição dos honorários do mediador, nos termos do artigo 29.º, exceto nas mediações realizadas nos sistemas públicos de mediação;</p> <p>i) A data.</p>			
<p>Artigo 17.º</p> <p><b>Escolha do mediador de conflitos</b></p> <p>1 - Compete às partes acordarem na escolha de um ou mais mediadores de conflitos.</p> <p>2 - Antes de aceitar a sua escolha ou nomeação, o mediador de conflitos deve proceder à revelação de todas as circunstâncias que possam suscitar fundadas dúvidas sobre a sua imparcialidade e independência, nos termos previstos no artigo 27.º.</p>			
<p>Artigo 18.º</p> <p><b>Presença das partes, de advogado e</b></p>			



Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p><b>de outros técnicos nas sessões de mediação</b></p> <p>1 - As partes podem comparecer pessoalmente ou fazer-se representar nas sessões de mediação, podendo ser acompanhadas por advogados, advogados estagiários ou solicitadores.</p> <p>2 - As partes podem ainda fazer-se acompanhar por outros técnicos cuja presença considerem necessária ao bom desenvolvimento do procedimento de mediação, desde que a tal não se oponha a outra parte.</p> <p>3 - Todos os intervenientes no procedimento de mediação ficam sujeitos ao princípio da confidencialidade.</p>			
<p>Artigo 19.º</p> <p><b>Fim do procedimento de mediação</b></p> <p>O procedimento de mediação termina quando:</p> <p><i>a)</i> Se obtenha acordo entre as partes;</p> <p><i>b)</i> Se verifique desistência de qualquer das partes;</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>c) O mediador de conflitos, fundamentadamente, assim o decida;</p> <p>d) Se verifique a impossibilidade de obtenção de acordo;</p> <p>e) Se atinja o prazo máximo de duração do procedimento, incluindo eventuais prorrogações do mesmo.</p>			
<p>Artigo 20.º</p> <p><b>Acordo</b></p> <p>O conteúdo do acordo é livremente fixado pelas partes e deve ser reduzido a escrito, sendo assinado pelas partes e pelo mediador.</p>			
<p>Artigo 21.º</p> <p><b>Duração do procedimento de mediação</b></p> <p>1 - O procedimento de mediação deve ser o mais célere possível e concentrar-se no menor número de sessões possível.</p> <p>2 - A duração do procedimento de mediação é fixada no protocolo de mediação, podendo no entanto a mesma ser alterada durante o procedimento por acordo das partes.</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p data-bbox="344 282 477 312">Artigo 22.º</p> <p data-bbox="219 320 607 384"><b>Suspensão do procedimento de mediação</b></p> <p data-bbox="185 427 636 635">1 - O procedimento de mediação pode ser suspenso, em situações excecionais e devidamente fundamentadas, designadamente para efeitos de experimentação de acordos provisórios.</p> <p data-bbox="185 643 636 890">2 - A suspensão do procedimento de mediação, acordada por escrito pelas partes, não prejudica a suspensão dos prazos de caducidade ou de prescrição, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º.</p>			
<p data-bbox="333 895 488 925">CAPÍTULO IV</p> <p data-bbox="275 933 546 963"><b>Mediador de conflitos</b></p> <p data-bbox="344 971 477 1002">Artigo 23.º</p> <p data-bbox="239 1010 582 1074"><b>Estatuto dos mediadores de conflitos</b></p> <p data-bbox="185 1117 636 1252">1 - O presente capítulo estabelece o estatuto dos mediadores de conflitos que exercem a atividade em Portugal.</p> <p data-bbox="185 1260 636 1353">2 - Os mediadores de conflitos que exerçam atividade em território nacional em regime de livre</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>prestação de serviços gozam dos direitos e estão sujeitos às obrigações, proibições, condições ou limites inerentes ao exercício das funções que lhes sejam aplicáveis atenta a natureza ocasional e esporádica daquela atividade, nomeadamente os constantes dos artigos 5.º a 8.º, 16.º a 22.º e 25.º a 29.º.</p>			
<p style="text-align: center;">Artigo 24.º</p> <p><b>Formação e entidades formadoras</b></p> <p>1 - Constitui formação especificamente orientada para o exercício da profissão de mediador de conflitos a frequência e aproveitamento em cursos ministrados por entidades formadoras certificadas pelo serviço do Ministério da Justiça definido em portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.</p> <p>2 - O membro do Governo responsável pela área da justiça aprova por portaria o regime de certificação das entidades referidas no número anterior.</p> <p>3 - A certificação de entidades formadoras pelo serviço referido no</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>n.º 1, seja expressa ou tácita, é comunicada ao serviço central competente do ministério responsável pela área da formação profissional no prazo de 10 dias.</p> <p>4 - Devem ser comunicadas pelas entidades certificadas ao serviço do Ministério da Justiça previsto no n.º 1:</p> <p><i>a)</i> A realização de ações de formação para mediadores de conflitos, previamente à sua realização;</p> <p><i>b)</i> A lista de formandos que obtenham aproveitamento nessas ações de formação, no prazo máximo de 20 dias após a conclusão da ação de formação.</p> <p>5 - As ações de formação ministradas a mediadores de conflitos por entidades formadoras não certificadas nos termos do presente artigo não proporcionam formação regulamentada para o exercício da profissão de mediação.</p> <p>6 - É definida por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça a autoridade competente para a aplicação da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada</p>			
--	--	--	--

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, no que respeita aos pedidos de reconhecimento de qualificações apresentados noutros Estados-Membros da União Europeia ou do espaço económico europeu por nacionais de Estados-Membros formados segundo a legislação nacional.</p>			
<p>Artigo 25.º</p> <p><b>Direitos do mediador de conflitos</b></p> <p>O mediador de conflitos tem o direito a:</p> <p><i>a)</i> Exercer com autonomia a mediação, nomeadamente no que respeita à metodologia e aos procedimentos a adotar nas sessões de mediação, no respeito pela lei e pelas normas éticas e deontológicas;</p> <p><i>b)</i> Ser remunerado pelo serviço prestado;</p> <p><i>c)</i> Invocar a sua qualidade de mediador de conflitos e promover a mediação, divulgando obras ou estudos, com respeito pelo dever de confidencialidade;</p> <p><i>d)</i> Requisitar à entidade gestora, no âmbito dos sistemas públicos de mediação, os meios e as</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>condições de trabalho que promovam o respeito pela ética e deontologia;</p> <p><i>e)</i> Recusar tarefa ou função que considere incompatível com o seu título e com os seus direitos ou deveres.</p>			
<p>Artigo 26.º</p> <p><b>Deveres do mediador de conflitos</b></p> <p>O mediador de conflitos tem o dever de:</p> <p><i>a)</i> Esclarecer as partes sobre a natureza, finalidade, princípios fundamentais e fases do procedimento de mediação, bem como sobre as regras a observar;</p> <p><i>b)</i> Abster-se de impor qualquer acordo aos mediados, bem como fazer promessas ou dar garantias acerca dos resultados do procedimento, devendo adotar um comportamento responsável e de franca colaboração com as partes;</p> <p><i>c)</i> Assegurar-se de que os mediados têm legitimidade e possibilidade de intervir no procedimento de mediação, obter o consentimento esclarecido dos mediados para intervir neste</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>procedimento e, caso seja necessário, falar separadamente com cada um;</p> <p><i>d)</i> Garantir o carácter confidencial das informações que vier a receber no decurso da mediação;</p> <p><i>e)</i> Sugerir aos mediados a intervenção ou a consulta de técnicos especializados em determinada matéria, quando tal se revele necessário ou útil ao esclarecimento e bem-estar dos mesmos;</p> <p><i>f)</i> Revelar aos intervenientes no procedimento qualquer impedimento ou relacionamento que possa pôr em causa a sua imparcialidade ou independência e não conduzir o procedimento nessas circunstâncias;</p> <p><i>g)</i> Aceitar conduzir apenas procedimentos para os quais se sinta capacitado pessoal e tecnicamente, atuando de acordo com os princípios que norteiam a mediação e outras normas a que esteja sujeito;</p> <p><i>h)</i> Zelar pela qualidade dos serviços prestados e pelo seu nível de formação e de qualificação;</p>			
--	--	--	--



Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>i) Agir com urbanidade, designadamente para com as partes, a entidade gestora dos sistemas públicos de mediação e os demais mediadores de conflitos;</p> <p>j) Não intervir em procedimentos de mediação que estejam a ser acompanhados por outro mediador de conflitos a não ser a seu pedido, nos casos de co-mediação, ou em casos devidamente fundamentados;</p> <p>k) Atuar no respeito pelas normas éticas e deontológicas previstas na presente lei e no Código Europeu de Conduta para Mediadores da Comissão Europeia</p>			
		<p align="center"><b>Artigo 26.º-A</b> <b>Extensão do dever de</b> <b>confidencialidade</b></p> <p>O dever de confidencialidade previsto na alínea d) do artigo anterior é extensível aos demais intervenientes na mediação.</p>	
<p align="center"><b>Artigo 27.º</b> <b>Impedimentos e escusa do</b> <b>mediador de conflitos</b></p> <p>1- O mediador de conflitos</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>deve, antes de aceitar a sua escolha ou nomeação num procedimento de mediação, revelar todas as circunstâncias que possam suscitar fundadas dúvidas sobre a sua independência, imparcialidade e isenção.</p> <p>2 - O mediador de conflitos deve ainda, durante todo o procedimento de mediação, revelar às partes, de imediato, as circunstâncias referidas no número anterior que sejam supervenientes ou de que só tenha conhecimento depois de aceitar a escolha ou nomeação.</p> <p>3 - O mediador de conflitos que, por razões legais, éticas ou deontológicas, considere ter a sua independência, imparcialidade ou isenção comprometidas não deve aceitar a sua designação como mediador de conflitos e, se já tiver iniciado o procedimento, deve interromper o procedimento e pedir a sua escusa.</p> <p>4 - São circunstâncias relevantes para efeito dos números anteriores, devendo, pelo menos, ser reveladas às partes, designadamente:</p>			
---	--	--	--

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>a) Uma atual ou prévia relação familiar ou pessoal com uma das partes;</p> <p>b) Um interesse financeiro, direto ou indireto, no resultado da mediação;</p> <p>c) Uma atual ou prévia relação profissional com uma das partes.</p> <p>5 - O mediador de conflitos deve ainda recusar a sua escolha ou nomeação num procedimento de mediação quando considere que, em virtude do número de procedimentos de mediação à sua responsabilidade, ou devido a outras atividades profissionais, não é possível concluir o procedimento em tempo útil.</p> <p>6 - Não constitui impedimento a intervenção do mesmo mediador na sessão de pré-mediação e de mediação.</p> <p>7 - As recusas nos termos dos números anteriores não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos do mediador de conflitos, nomeadamente no âmbito dos sistemas públicos de mediação</p>			
<p>Artigo 28.º</p> <p><b>Impedimentos resultantes do</b></p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p align="center"><b>princípio da Confidencialidade</b></p> <p>Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º, o mediador de conflitos não pode ser testemunha, perito ou mandatário em qualquer causa relacionada, ainda que indiretamente, com o objeto do procedimento de mediação.</p>			
<p align="center">Artigo 29.º <b>Remuneração do mediador de conflitos</b></p> <p>A remuneração do mediador de conflitos é acordada entre este e as partes, responsáveis pelo seu pagamento, e fixada no protocolo de mediação celebrado no início de cada procedimento</p>			
<p align="center">Capítulo V <b>Sistemas públicos de mediação</b> Secção I <b>Regime dos sistemas públicos de mediação</b> Artigo 30.º <b>Sistemas de mediação pública</b></p> <p>Os sistemas públicos de mediação visam fornecer aos cidadãos formas</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

céleres de resolução alternativa de litígios, através de serviços de mediação criados e geridos por entidades públicas.			
<p data-bbox="344 432 479 459">Artigo 31.º</p> <p data-bbox="309 467 515 494"><b>Entidade gestora</b></p> <p data-bbox="185 539 633 675">1 - Cada sistema público de mediação é gerido por uma entidade pública, identificada no respetivo ato constitutivo ou regulatório.</p> <p data-bbox="185 683 633 890">2 - Cabe à entidade gestora manter em funcionamento e monitorizar o respetivo sistema público de mediação, preferencialmente através de plataforma informática.</p> <p data-bbox="185 898 633 1177">3 - Os dados recolhidos dos procedimentos de mediação podem ser utilizados para fins de tratamento estatístico, de gestão dos sistemas de mediação e de investigação científica, nos termos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.</p> <p data-bbox="185 1185 633 1353">4 - Quaisquer reclamações decorrentes da utilização de um sistema público de mediação devem ser dirigidas à respetiva entidade gestora</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>Artigo 32.º</p> <p><b>Competência dos Sistemas públicos de mediação</b></p> <p>Os sistemas públicos de mediação são competentes para mediar quaisquer litígios que se enquadrem no âmbito das suas competências em razão da matéria, tal como definidas nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios, independentemente do local de domicílio ou residência das partes</p>			
<p>Artigo 33.º</p> <p><b>Taxas</b></p> <p>As taxas devidas pelo recurso aos sistemas públicos de mediação são fixadas nos termos previstos nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios, os quais preveem igualmente as eventuais isenções ou reduções dessas taxas.</p>			
<p>Artigo 34.º</p> <p><b>Início do procedimento nos sistemas públicos de mediação</b></p> <p>O início do procedimento de mediação nos sistemas públicos de mediação pode ser solicitado pelas</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

partes, pelo tribunal, pelo Ministério Público ou por Conservatória do Registo Civil, sem prejuízo do encaminhamento de pedidos de mediação para as entidades gestoras dos sistemas públicos de mediação por outras entidades públicas ou privadas.			
<p data-bbox="344 576 479 603">Artigo 35.º</p> <p data-bbox="197 611 622 711"><b>Duração do procedimento de mediação nos sistemas públicos de mediação</b></p> <p data-bbox="185 754 633 999">A duração máxima de um procedimento de mediação nos sistemas públicos de mediação é fixada nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios, aplicando-se, na falta de fixação, o disposto no artigo 21.º.</p>			
<p data-bbox="344 1010 479 1037">Artigo 36.º</p> <p data-bbox="286 1045 533 1072"><b>Presença das partes</b></p> <p data-bbox="185 1117 633 1326">Os atos constitutivos ou regulatórios dos sistemas públicos de mediação podem determinar a obrigação de as partes comparecerem pessoalmente nas sessões de mediação, não sendo possível a sua representação.</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p>Artigo 37.º</p> <p><b>Princípio da publicidade</b></p> <p>1 - A informação prestada ao público em geral, respeitante à mediação pública, é disponibilizada através dos sítios eletrónicos das entidades gestoras dos sistemas públicos de mediação.</p> <p>2 - A informação respeitante ao funcionamento dos sistemas públicos de mediação e aos procedimentos de mediação é prestada presencialmente, através de contacto telefónico, de correio eletrónico ou do sítio eletrónico da respetiva entidade gestora do sistema.</p>			
<p>Secção II</p> <p><b>Mediadores</b></p> <p>Artigo 38.º</p> <p><b>Designação de mediador de conflitos nos sistemas públicos de mediação</b></p> <p>1 - As partes podem indicar o mediador de conflitos que pretendam, de entre os mediadores inscritos nas listas de cada sistema público de mediação.</p>			



Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>2 - Quando não seja indicado mediador de conflitos pelas partes, a designação é realizada de modo sequencial, de acordo com a ordem resultante da lista em que se encontra inscrito, preferencialmente por meio de sistema informático.</p>			
<p>Artigo 39.º <b>Pessoas habilitadas ao exercício das funções de mediador de conflitos</b></p> <p>Os requisitos necessários para o exercício das funções de mediador de conflitos em cada um dos sistemas públicos de mediação são definidos nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios.</p>			
<p>Artigo 40.º <b>Inscrição</b></p> <p>1 - A inscrição dos mediadores de conflitos nas listas de cada um dos sistemas públicos de mediação é efetuada através de procedimento de seleção nos termos definidos nos atos constitutivos ou regulatórios de cada sistema.</p> <p>2 - Os atos constitutivos ou regulatórios de cada sistema público de mediação estabelecem ainda o</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
<p>regime de inscrição de mediadores nacionais de Estados-Membros da União Europeia ou do espaço económico europeu provenientes de outros Estados-Membros.</p> <p>3 - A inscrição do mediador de conflitos em listas dos sistemas públicos de mediação não configura uma relação jurídica de emprego público, nem garante o pagamento de qualquer remuneração fixa por parte do Estado.</p>			
<p>Artigo 41.º</p> <p><b>Impedimentos e escusa do mediador de conflitos nos sistemas públicos de mediação</b></p> <p>Sempre que se encontre numa das situações previstas no artigo 27.º, o mediador de conflitos deve comunicar imediatamente esse facto também à entidade gestora do sistema público de mediação, a qual, nos casos em que seja necessário, procede, ouvidas as partes, à nomeação de novo mediador de conflitos.</p>			
<p>Artigo 42.º</p> <p><b>Remuneração do mediador de conflitos nos sistemas públicos de</b></p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p align="center"><b>mediação</b></p> <p>A remuneração do mediador de conflitos no âmbito dos sistemas públicos de mediação é estabelecida nos termos previstos nos atos constitutivos ou regulatórios de cada sistema.</p>			
<p align="center">Secção III <b>Fiscalização</b> Artigo 43.º <b>Fiscalização do exercício da atividade de mediação</b></p> <p>1 - Compete às entidades gestoras dos sistemas públicos de mediação, na sequência de queixa ou reclamação apresentada contra os mediadores de conflitos no âmbito do exercício da atividade de mediação, ou por iniciativa própria, no exercício de supervisão contínua sobre os respetivos sistemas públicos de mediação, fiscalizar a sua atividade.</p> <p>2 - Realizada a fiscalização, e ouvido o mediador de conflitos, o dirigente máximo da entidade gestora emite a sua decisão, fundamentando as razões de facto e</p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
de direito, bem como indicando a medida a aplicar ao mediador de conflitos, se for o caso, conforme a gravidade do ato em causa.			
<p>Artigo 44.º</p> <p><b>Efeitos das irregularidades</b></p> <p>1 - O dirigente máximo da entidade gestora do sistema público de mediação pode aplicar as seguintes medidas, em função da gravidade da atuação do mediador de conflitos:</p> <p><i>a)</i> Repreensão;</p> <p><i>b)</i> Suspensão das listas; ou</p> <p><i>c)</i> Exclusão das listas.</p> <p>2 - Nos casos em que o mediador viole o dever de confidencialidade em termos que se subsumam ao disposto no artigo 195.º do Código Penal, a entidade gestora do sistema público de mediação participa a infração às entidades competentes.</p>		<p>Artigo 44.º</p> <p>[...]</p> <p>1. (...)</p> <p><i>a)</i> (...)</p> <p><i>b)</i> (...);</p> <p><i>c)</i> (...);</p> <p><i>d)</i> (...).</p> <p>2-Nos casos em que o mediador e demais intervenientes na mediação violem o dever de confidencialidade em termos que se subsumam ao disposto no artigo 195.º do Código Penal, a entidade gestora do sistema público de mediação participa a infração às entidades competentes.</p>	
<p>Capítulo VI</p> <p><b>Disposições complementares e finais</b></p> <p>Artigo 45.º</p> <p><b>Homologação de acordo de mediação celebrado na pendência</b></p>			

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

<p><b>de processo judicial</b></p> <p>O acordo de mediação celebrado em processo remetido para mediação nos termos do artigo 279.º-A do Código de Processo Civil é homologado nos termos previstos no artigo 14.º.</p>			
<p>Artigo 46.º</p> <p><b>Mediação de conflitos coletivos de trabalho</b></p> <p>O disposto na presente lei aplica-se à mediação de conflitos coletivos de trabalho apenas na medida em que não seja incompatível com o disposto nos artigos 526.º a 528.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.</p>			<p>Artigo 46.º</p> <p><b>Mediação laboral</b></p> <p>A presente lei não se aplica à mediação laboral.</p>
<p>Artigo 47.º</p> <p><b>Direito subsidiário</b></p> <p>Em tudo aquilo que não for regulado pela presente lei, aplicam-se aos sistemas públicos de mediação o disposto nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios.</p>			
		<p><b>Artigo 47.º - A</b></p> <p><b>Regime Jurídico complementar</b></p>	

Proposta de Lei n.º 116/XII	Propostas de alteração PSD/CDS-PP	Propostas de alteração PS	Propostas de alteração BE
-----------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------

		No prazo de três meses, o Governo regulamenta um mecanismo legal de fiscalização do exercício da atividade da mediação privada.	
<p align="center">Artigo 48.º <b>Norma revogatória</b></p> <p>São revogados:</p> <p><i>a)</i> Os artigos 249.º-A a 249.º-C do Código de Processo Civil;</p> <p><i>b)</i> O n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 21/2007, de 12 de junho;</p> <p><i>c)</i> O artigo 85.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 1/2010, de 15 de janeiro, e 44/2010, de 3 de setembro;</p> <p><i>d)</i> A alínea <i>c)</i> do n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 68-C/2008, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 732/2009, de 8 de julho;</p> <p><i>e)</i> A Portaria n.º 203/2011, de 20 de maio.</p>			
<p align="center">Artigo 49.º <b>Entrada em vigor</b></p> <p>A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.</p>			